



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 03/Quadriénio 2017-2021

Ao vigésimo sétimo dia do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presentes **José Carlos Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, Primeiro Secretário, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, do PS e da CDU, nomeadamente **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, **António José Cardoso Gomes**, **Vasco Ricardo Salas Vasques**, **Anabela Alves dos Santos Silva**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues**, **Miguel Moreira da Costa**, **Vilma Sara Flores Dourado**, **Vera Lúcia Romão Corvo**, **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira**, **Gabriela Alexandra Gonçalves**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Sónia Isabel Pereira Vasques**, **Armando José Parra da Silva**, **Paulo Alexandre Calvinho Conceição**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança**, **Raúl Jorge Belião Nogueira**, **Ricardo Catarino Serrano dos Reis** e **Luís Filipe Antunes Rodrigues**, e conforme Edital de 19 de dezembro de 2017, reuniu, em sessão EXTRAORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António. -----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. Na bancada do PSD, **João Manuel Lopes Rodrigues** foi substituído por **António José Cardoso Gomes**; na bancada do PS, **Ricardo José Madeira Cipriano** foi substituído por **Anabela Alves dos Santos Silva**; na bancada da CDU registou-se a ausência de **José Estêvão Correia da Cruz**, que foi substituído por **Vasco Ricardo Salas Vasques**. -----

Deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a correspondência recebida, no período compreendido entre a última Assembleia e a presente sessão, foi enviada por mail aos líderes de cada uma das bancadas. -----

Os processos recebidos da Câmara Municipal, para conhecimento, foram distribuídos pelas bancadas, nomeadamente: -----

-- TRÊS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, COM VISTA À ATIVIDADE DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (MARIA MELO, SOFIA RAMALHO E MARIA ROMÃO) – RENOVAÇÃO 2017/2018; -----

-- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DA ANIMAÇÃO – RENOVAÇÃO 2017/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

-- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS DE OFTALMOLOGIA 2017 – COMUNICAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

-- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

-- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA GINÁSTICA E MASSAGEM NA CASA DO AVÔ EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E MONTE GORDO 2015 - RENOVAÇÃO 2017 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

-- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL - CC1749/2017 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO. -----

Na sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de novembro de 2017, no ponto 6, procedeu-se à nomeação de representantes para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Real de Santo António para o mandato 2017/2018. Entretanto foram nomeados os três Presidentes de Junta de Freguesia do concelho. A bancada da CDU ficou de indicar posteriormente um elemento à Mesa da Assembleia. Não se tendo verificado até ao momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou essa indicação à bancada da CDU. Assim, esta bancada indicou como representante **Vasco Ricardo Salas Vasques**. -----

2. SUBSTITUIÇÃO DE CIDADÃOS NA CPCJ – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

A CPCJ, através de ofícios datados de 13 de dezembro, solicitou a substituição de Miguel Moreira da Costa e Luís Negrão Vargas por ausência prolongada das reuniões. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que os representantes na CPCJ não tinham de ser necessariamente membros da Assembleia Municipal e que competia às forças políticas indicar os nomes que assim o desejassem. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** tomou a palavra e quis assinalar que, na data corrente, tinham tomado posse os membros a Assembleia Intermunicipal do Algarve, entre os quais ele próprio e **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, e não tendo podido participar, por razões pessoais, **João Manuel Lopes Rodrigues** e **José Estêvão Correia da Cruz**. E expressou os seus votos para que este mandato da Assembleia Intermunicipal se assumisse como verdadeiro órgão regional, representativo das vontades dos algarvios. E declarou que, enquanto lá participasse, tudo faria nesse sentido. Continuando no uso da palavra, informou que, pela bancada do **PSD** estava indicada a cidadã **Sandra Patrícia Mira Ribeiro de Sousa**, licenciada em Serviço Social e com larga experiência na área, tendo trabalhado já na Cruz Vermelha e tendo feito um estágio curricular em Coimbra e com experiências que certamente valorizariam a sua participação na CPCJ de Vila Real de Santo António. Afirmou ainda que entregaria na Mesa da Assembleia o currículo da pessoa em causa. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que o currículo de **Sandra Patrícia Mira Ribeiro de Sousa** seria apenso à ata desta sessão da Assembleia. De seguida, solicitou à bancada da **CDU** a indicação de uma pessoa para a mesma função. -----

O Sr. Deputado Municipal **Vasco Ricardo Salas Vasques** declarou que a bancada da **CDU** indicava o cidadão **José Estêvão Correia da Cruz**, membro desta Assembleia Municipal, que todos conheciam e que tinha feito já parte da CPCJ. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que comunicaria os dois nomes indicados à CPCJ de Vila Real de Santo António e agradeceu às respetivas bancadas a indicação feita. -----

3. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que competia a esta Assembleia proceder à nomeação de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Real de Santo António e perguntou se alguma bancada queria usar da palavra. E disse que, se não houvesse nenhuma intervenção, a nomeação seria nominal e recorrendo à sua eleição através de voto secreto. -----

Foram distribuídos os boletins de voto que tinham inscritos os nomes dos três Presidentes de Junta do concelho e o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que, para os membros da Assembleia Municipal que o desejassem, estava instalado na sala o lugar próprio e conveniente para o exercício do voto secreto. Os boletins deveriam ser dobrados em quatro partes e seriam posteriormente recolhidos pelo Sr. António Bartolomeu. -----
Tendo-se procedido à votação por escrutínio secreto, verificou-se um empate, com doze votos para o **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, Luís Filipe Antunes Rodrigues**, e doze votos para o **Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo, Ricardo Catarino Serrano dos Reis**. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal **António Cabrita**, propondo que fosse considerada a rotatividade dos Presidentes da Junta, cabendo a cada um o exercício de um ano. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que poderia haver sempre um entendimento político, mas que deveria sempre ser confirmado através de votação. Esta seria mais um acordo de cavalheiros porque ficaria sempre o compromisso de a votação ser feita de novo desta data a um ano. -----

A Sra. Deputada Municipal **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro** propôs que se fizesse dois minutos de pausa para proporcionar a reflexão das bancadas. -----

Esta proposta foi aceite e interromperam-se os trabalhos por esse período de tempo. -----

Retomados os trabalhos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Sra. Deputada Municipal **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro** que informou que a bancada do PS aceitaria a rotatividade entre os dois candidatos que foram votados na votação que se tinha realizado.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** convidou a CDU a expressar a posição. -----

O Sr. Deputado Municipal **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues** disse que a bancada da CDU era favorável a que houvesse rotatividade e, referindo a posição da bancada do PS, em que se excluía um dos Presidentes de Junta, declarou que a bancada da CDU seria favorável a essa posição, desde que ficasse registado em ata que essa rotatividade era imediata, desde esta data a um ano, ou que, nessa altura, se fizesse uma nova votação. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PSD que expusesse a sua posição, questionando se aceitava a proposta do PS, tendo em conta o compromisso político que se assumiria.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** que começou por dizer que nesta casa deveria funcionar a democracia, ou seja, aqui deveria

manifestar-se a representatividade do povo. Se o PSD tem dois Presidentes de Junta e o PS tem um, foi porque o povo de Vila Real de Santo António assim escolheu, num caso destes, porque é que o representante do PS há de ter dois anos e o PSD dois anos? Por que não há de abranger os três Presidentes de Junta? Isto é o que decorre da democracia, a democracia vem da vontade popular e a vontade popular é essa. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PSD que confirmasse, ou não, a aceitação da proposta. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que ia manifestar a sua opinião pessoal, sem querer assumir a posição da bancada do PSD, e que, a continuar-se nesta linha, se estaria sempre a medir forças, ao indicar-se as pessoas para os lugares, ou se indica ou não, e que estava um bocadinho em desacordo com o Sr. Deputado Municipal **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** e que, se tinham proposto uma pessoa, não estavam a propor duas e declarou que só esperava que se tivesse consideração em votações futuras e, face ao que diz o Regimento, sempre que o PSD quis, conseguiu pôr o seu representante, dado o sistema de votação e o previsto pelo Regimento. Mas, nestas situações, acima de tudo, o mais importante era ter alguém que representasse a Assembleia Municipal e que fosse um Presidente de Junta. Numa sessão anterior da Assembleia Municipal, inviabilizou-se a presença de um Presidente de Junta num Congresso da Associação Nacional de Municípios que, se calhar não era tão irrelevante como tudo isso. Assim, na sua opinião, era indiferente ser primeiro um ou primeiro outro e que a bancada poderia assumir isso. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou a necessidade de esclarecer bem a situação para não haver dúvidas sobre o assunto. Trata-se de um compromisso político, que até poderia ser motivo de uma conferência de líderes de bancada, antes da Assembleia Municipal, que futuramente se poderia prever em ordem ao bom funcionamento da Assembleia, porque, obviamente, era do interesse do município, que a Assembleia funcionasse bem. O que ficou claro foi o entendimento político de que, no primeiro ano, seria o Presidente de Junta de Vila Nova de Cacela, **Luís Filipe Antunes Rodrigues**, o representante da Assembleia Municipal e que, dentro de um ano, uma das bancadas tomará a iniciativa de propor uma nova eleição que dê seguimento ao compromisso que aqui ficava estabelecido. Entretanto, ficava no ar se seria por um ano ou por dois e se a indicação seria ou não por um mandato. -----

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que também tinha essa dúvida, se era por mandato, mas que, pela lógica, ficava aqui um compromisso de que, passados dois anos, **Luís Filipe Antunes Rodrigues** apresentaria a sua renúncia para poder originar novas eleições. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, sendo um compromisso, face a dois elementos, faria sentido que fosse dois anos um elemento e dois anos o elemento seguinte. Seria um compromisso entre as bancadas que, obviamente, se deseja que se respeite, que não vincula, em rigor, mas que se espera que seja respeitado. E convidou a Assembleia à realização de uma nova votação em conformidade. -----

Procedeu-se então a nova votação por escrutínio secreto, tendo como resultado a eleição do **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, Luís Filipe Antunes Rodrigues**, com vinte e três votos a favor e, tendo obtido o **Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo, Ricardo Catarino Serrano dos Reis**, um voto. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** fez notar a expressividade da votação e reafirmou o acordo de cavalheiros que se tinha firmado. E declarou que o representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Real de Santo António seria o **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, Luís Filipe Antunes Rodrigues**. -----

4. ELEIÇÃO DE CINCO ELEMENTOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DA ODIANA. -----

Ao introduzir este ponto, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, em rigor, não deveria ter o título de eleição, mas, mais, indicação, pois que assim estava previsto nos estatutos da Odiana: a Assembleia Municipal deve indicar cinco nomes, do município, para a Assembleia Geral da Odiana. Os Estatutos da Odiana estabelecem que, por inerência, são membros da Assembleia Geral da Odiana a **Presidente da Câmara Municipal** e o **Presidente da Assembleia Municipal**. Além destes elementos, a Assembleia Municipal deve indicar mais três nomes. Na leitura que faz dos Estatutos da Odiana, dão decore que se faça necessariamente uma eleição, no sentido estrito do termo, e que se houvesse algum tipo de consenso, seria essa a indicação da Assembleia Municipal. Não havendo um consenso, seria necessário passar a uma eleição que, em princípio, seria por listas. Assim, pedir-se-ia às bancadas que, se assim o entendessem, que apresentassem uma lista. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** informou que a Assembleia Geral da Odiana estava composta por quinze elementos, sendo cinco de cada concelho dos que a compõem. À partida, seis dos elementos são-no por inerência: os três Presidentes de

Câmara e os três Presidentes da Assembleia Municipal. Nove serão os elementos indicados, três por cada concelho. Face à forma como os outros municípios escolheram as pessoas, fez um mero exercício somando o total de votos para as Câmaras, como poderia ter somado o total de votos para as Juntas ou o total de votos para as Assembleias e aplicou o método para os três concelhos e o resultado seria: sem esquecer os lugares por inerência, 7 representantes para o PSD, 6 representantes para o PS e 2 representantes para a CDU. Ou seja, das várias forças políticas que concorreram, faltavam aqui duas: o movimento independente, em Castro Marim, e o Bloco de Esquerda, em Vila Real de Santo António. O que acontece neste momento? Acha que estes órgãos que são interconcelhios, às vezes, são criados com muita pompa e circunstância, faz-se grandes manifestações na altura e, depois, não se tira proveito deles. Isto, também, porque as pessoas, às vezes, não sabem como é que eles funcionam. Alcútem, a seu ver, de forma extremamente correta, pese embora a maioria absolutíssima que hoje têm, têm lá quatro pessoas do PS e deu um lugar ao PSD, e tem sessenta e tal por cento. Em Castro Marim, o PSD, ganhando por vinte, por trinta, por quinhentos, mas ganhou as eleições, tem neste momento um membro, que é o Presidente da Câmara. Depois, o Presidente da Assembleia é do PS, estão mais dois elementos do PS, e o quinto elemento é do tal movimento independente. Isto é, o PSD, sendo o partido mais votado em Castro Marim, tem uma pessoa a representar na Assembleia da Odiana. Voltando um bocadinho atrás e, há dois mandatos, ainda o Dr. Amaral ainda era Presidente da Câmara de Alcútem e, sendo o PSD altamente maioritário nos três concelhos, o Presidente da Assembleia Geral era o José Cruz, pela CDU, e além de se distribuir uma série de lugares por várias pessoas do PS, sendo que, lá dentro, os assuntos normalmente, não diz também que fosse sempre assim, e diz isto porque já pertence à Odiana há três mandatos, os assuntos eram tratados numa perspetiva de território e muitas vezes pouco ligando à própria postura político partidária de cada um. Agora, o que vai acontecer, tal como está? O PSD, em Vila Real, tem já dois lugares, e acha que se deve estar representado e até propõe que cada uma das três forças políticas tenha um representante. O PSD até podia propor uma lista que só tivesse elementos seus e sujeitar-se à votação. Alguém dirá que parece que o PSD está a pedir qualquer coisa! Não está a pedir nada. Estas coisas são como são. Só espera que as pessoas vejam e oiçam. Se entenderem assim, O PSD indicaria já uma pessoa. Teve o cuidado de auscultar os líderes de cada grupo, falou com a Sra. Deputada Municipal **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, só conseguiu falar na presente data, mas falou, e falou

também com o Sr. Deputado Municipal **José Estêvão Correia da Cruz**, não sabendo se este teria transmitido isso aos outros. -----

A Sra. Deputada Municipal **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro** disse que, no seguimento das palavras do Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita**, tinham tido essa conversa e tinha achado bem, e, já agora, falando da AMAL, a vice-presidência da AMAL tinha sido dada a um elemento do PSD, isto já era tradição e, se as tradições eram boas, eram para se manter. Não tinha tido tempo de falar com a sua bancada porque já tinha chegado tarde, mas parecia-lhe que havia consenso. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** insistiu que, quando introduziu este assunto, na leitura que fez do que está em causa, tinha frisado que não haveria necessidade de uma votação formal, visto que não está em causa a eleição de uma indicação, mas de um entendimento que seriam três nomes, que seriam indicados por cada uma das bancadas, e que colocaria ao plenário da Assembleia para ver se obtém essa unanimidade relativamente aos nomes indicados. -----

Pela bancada do **PSD** foi indicado o Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita**, pela bancada do **PS** foi indicada a Sra. Deputada Municipal **Vilma Sara Flores Dourado** e pela bancada da **CDU** foi indicado o Sr. Deputado Municipal **Álvaro Filipe Madeira Leal**. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que seriam estes os três nomes indicados para a Assembleia Geral da Odiana, mas, de qualquer modo, colocaria a votação, para não haver dúvidas quanto ao procedimento. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que os serviços da Câmara Municipal transmitiram à Odiana a indicação destes três nomes do Município de Vila Real de Santo António para a Assembleia Geral. -----

5. ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

Apresentando este ponto, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que esta é uma proposta do Sr. Vereador **Luís Romão**, aprovada por **MAIORIA** em Reunião de Câmara de 5 de dezembro de 2017, com a abstenção dos Srs. Vereadores **Cristina Mira** e **Manuel Alturas**, do **PS**. -----

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que, na última Assembleia Municipal, este ponto tinha sido retirado da Ordem do Dia porque os valores não estavam

corretos e, depois, foi manifestado que o problema tinha sido a colocação do IVA na proposta e, na altura, foi solicitada, pela bancada do PS, documentação que estava em falta, ou seja, o protocolo que deu origem a esta alteração de protocolo e que não fazia parte da documentação, o termo de aceitação que teria de ser assinado com o CRESC 2020, e que não fazia parte da documentação, e nem sequer existia um descritivo a explicar o que é que tinha acontecido, porque há aqui situações como, por exemplo, o projeto foi aprovado no dia nove de janeiro, o protocolo foi assinado a posteriori desta aprovação, foi a sessão de Câmara no dia onze de abril, e foi à Assembleia Municipal no dia 18 de abril. Há aqui questões que é importante esclarecer porque é que estes valores não fizeram logo parte do protocolo assinado, provavelmente em março ou abril, e só vêm à sessão de Câmara e Assembleia precisamente no final do ano. Nada disto consta no descritivo e nos documentos entregues. Analisando a informação do Sr. Vereador, verifica que, logo na primeira linha, há um erro: a proposta não é trezentos e cinquenta, é trezentos e oitenta. A proposta foi alterada com base, por acréscimo do IVA, se se fizer as contas, nem sequer foi por acréscimo do IVA porque há aqui grandes divergências. E, depois, há outra situação que chama a atenção, ou seja, nos documentos entregues faltavam as duas últimas folhas que agora são entregues e que dizem os dados financeiros e onde constam os valores referentes a investimento de 2017 e 2018, valores estes que não coincidem com o que está aprovado no CRESC 2020 e que pode descrever os valores todos. Por exemplo, o valor correto e que está aprovado, ou seja, a Junta tem de participar em vinte e quatro mil novecentos e noventa e três euros e aqui vem vinte e quatro mil oitocentos e dois ponto vinte e cinco. É uma divergência pequena, mas é uma divergência. E, depois, há divergências em função do valor do projeto que a Junta informa que é de vinte e quatro mil e oitocentos e o CRESC diz que é vinte e quatro mil e quinhentos. O fundo aprovado, segundo a Junta, é de noventa e nove mil duzentos e oito, o CRESC diz que é de noventa e nove mil seiscentos e três. Dos valores, nenhum bate certo. Outra situação que acontece e que chama à atenção é que, neste momento, segundo os dados financeiros fornecidos pela Junta, tinha de haver uma taxa de execução, a esta data, de oitenta e quatro por cento, o que equivale a cento e cinco mil euros, faltando, para dois mil e dezoito, uma taxa de execução de dezasseis por cento, que equivale a vinte mil. Era importante saber em que ponto de situação está o projeto. Pensa que os dados, como estão, não sabe se há aqui alguma distorção. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** questionou se, face a estas pequenas indicações e estas pequenas divergências, a Sra. Deputada, com essa prosápia

toda com que tinha feito essas afirmações, queria dizer que a proposta não devia ser aprovada. Aquilo que lhe parecia é que seria protelar as coisas sistematicamente. Fazia-lhe lembrar aquelas pessoas que trabalham no risco de crédito nos bancos que, quando não querem aprovar uma coisa, até conseguem descobrir o pó que a caneta deixa quando se escreve. E isso é um problema e afirmou que se ia ter um problema com a Sra. Deputada ao longo deste mandato todo, porque já viu que o que a Sra. Deputada vinha fazer não era apontar questões, que tenham que ser efetivamente apontadas, mas vem simplesmente chamar “burros” sistematicamente por pequenos erros que vão acontecendo. Para ele, e pensa que para a sua bancada, desta vez, esta proposta não sai da Assembleia sem ser aprovada. E tem isto e afirma isto politicamente com toda a sua convicção. -----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** começou por dizer que tinha pedido a palavra para fazer uma clarificação. O que se passa aqui é que a bancada do PS não está contra esta proposta, está a favor. E gostaria de votar a favor e o que está a pedir é que se faculte os elementos. Na última sessão, foi pedido aqui e foi dito que viriam esses elementos para poderem ser vistos. E pensa que, ao contrário do que o Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** disse, ninguém está a querer levantar problemas, está a querer aprovar as coisas de acordo e devidamente porque, se estes dados tivessem chegado atempadamente, se os tivessem visto, até poderia ter havido tempo de fazer a correção e hoje estaria aqui o valor devidamente correto, de acordo com o que está publicado lá no portal. Até pode acontecer que o que está lá no portal é que está errado e que estes documentos estejam corretos. Diz que era importante que estivessem os outros elementos e foi pena que isso não tivesse acontecido. Essa é que é a questão. -----

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que não estava ali contra nada e que o Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** não precisava de ficar com “aquela cara”. Todos são pela transparência e ao alertar sobre o facto, neste caso, a Junta até está a pedir um valor inferior ao que está aprovado. É tão grande a vontade de ajudar que se pede o protocolo para poder entregar à pessoa em causa. A verdade é esta. Ao alertar para o facto, não vê qual é o problema. Se ofende, pois não deveria ofender. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, ao preparar a reunião, viu que a Câmara Municipal tinha ficado de entregar elementos nesta sessão. E inquiriu a Sra. Presidente da Câmara Municipal se tinha feito menção para os entregar. Indagou se haveria mais inscrições para intervir neste ponto e solicitou que os elementos apresentados pela Sra. Presidente da Câmara Municipal fossem distribuídos pelas bancadas. -----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que só tinha trazido um exemplar do termo de aceitação e o formulário de apreciação de candidatura que irá constar da ata e entregou os documentos à Mesa da Assembleia. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que a mesa dispunha desses elementos e que seriam facultados às bancadas durante o dia seguinte. -----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** solicitou que se fizesse uma interrupção por três ou quatro minutos e que se facultasse os documentos em causa às bancadas porque não fazia sentido estar a votar um documento sem estar na posse dele, que foi entregue neste momento, enfim, foi uma opção, e que seria mais fácil se o documento tivesse sido entregue com alguma antecedência para se evitar uma discussão que estava aqui a ser mantida e que realmente poderia ter sido ultrapassada. Se o Sr. Presidente entendesse, a bancada do PS votaria, enfim, gostaria que os elementos fossem facultados. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que não tinha objeção nenhuma ao que fora proposto, solicitou que os documentos fossem facultados às bancadas e interrompeu a sessão por cinco minutos. -----

Retomada a sessão, Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques**, tomando a palavra, disse tinham estado a verificar os documentos que tinham sido entregues e os valores que neles constam batem certo, estão corretos com os valores que tinha discriminado e isto prova que estes documentos já deviam ter sido entregues e não agora e isto é também uma resposta ao Sr. membro António Cabrita e espera não passar quatro anos nisto: entregar documentos na hora em que se pedem, quando já foram pedidos há um mês.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, com todo o respeito, os documentos que eram votados eram os que vinham à Assembleia. Se os considerassem insuficientes, votam-nos desfavoravelmente. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** declarou que só queria deixar registado o seguinte: não sabia o que fariam as pessoas lá pelos sítios onde andaram, mas aqui as pessoas deviam convencer-se de que são deputados municipais, não são propriamente secretárias, nem técnicos verificadores de documentos. Há uma diferença muito grande. Há sempre alguém que esteja a verificar e a criticar documentos. E se a gente for por essa via, no futuro, passam a vir para a Assembleia quilos e quilos de papel porque as pessoas querem verificar os documentos. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** insistiu que aos senhores deputados caberia sempre fazerem as declarações tal como entenderem e colocou a proposta à votação. -----

A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

A bancada do **PS** leu uma Declaração de Voto para a ata: Declaração de voto da bancada do Partido Socialista: O **PS** votou favoravelmente este documento, convicto de que tal não apresenta nenhum problema de tipo legal e considera que o mais importante é defender os interesses do concelho e, neste caso, da freguesia. Não pode, no entanto, deixar de lamentar o facto de que documentos que são de janeiro de 2017 só agora nos sejam facultados para consulta.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que a declaração estava feita e que constaria da ata. -----

6. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto, informando que era uma proposta da Sra. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por maioria em reunião de câmara de 19 de dezembro de 2017, com a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal, da **CDU**. --

Não foram apresentados pedidos de intervenção. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com a abstenção dos membros da bancada da **CDU**. -----

Pela bancada do **PS** foi lida uma Declaração de Voto: Declaração de voto da bancada do Partido Socialista: A bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a segunda revisão orçamental de 2017 por tal decorrer de um imperativo legal. -----

7. PROJETO DE REGULAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que esta era uma proposta do Sr. Vereador Rui Pires, aprovada por unanimidade em reunião de câmara de 19 de dezembro de 2017.-----

O Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** disse que a **CDU** ia votar favoravelmente este Projeto de Regulamento com a ressalva de tentar fazer o novo parque de campismo na zona poente, como foi prometido. -----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** quis esclarecer o Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** que aqui se tratava do Regulamento do Parque de Campismo, não se referia ao novo parque de campismo, e que ia ser utilizado no parque de campismo antigo e no futuro. E, tal como tinha dito na Assembleia passada, quando lhe foi perguntado,

a Câmara Municipal está a tentar, tem um parecer que ainda não é muito favorável do ICNF, e pode esclarecer isso, está a tentar ver como é que lhe podem responder afirmativamente à zona poente de Monte Gordo. Aqui trata-se do Projeto de Regulamento que já estava desatualizado, em frases, e que se está aqui a mudar. Isso foi aprovado e já foi explicado em sessão de Câmara. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Passou-se ao **período de intervenção do público**. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que quem intervisse deveria apresentar-se para ficar o seu nome em ata e que disporia de três minutos para a intervenção. -----

Registou-se a intervenção do munícipe **João Ferramacho**. Tendo dito o seu nome, informou que trabalhava numa zona com turismo e achava que estava na altura, naquela zona que era antigamente o apeadeiro, aquilo parece uma zona de barracas, e vê-se muito turismo que chega ao pé do barco de carreira e quer passar para o lado das caravanas e não consegue, e, assim, gostava que fizessem qualquer coisa ali por aquela zona. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que se procedesse à leitura da Ata desta sessão da Assembleia Municipal, sob a forma de minuta e que, colocada a votação, foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,

(José Carlos Costa Barros)

(Alexandre Hermínio Drago Madeira)



Ex.^a Senhora Presidente e Vereadores das CM de Vila Real de Santo António e homólogos de Castro Marim.

O Movimento de Cidadania dos Utentes da EN125 - Sotavento, movimento cívico, apartidário e não político, após efetuar a sua apresentação pública, vem sensibilizar e solicitar a V. Exas para a necessidade imperativa - tendo em vista a mobilidade em total segurança dos peões na circulação nas bermas - da limpeza das mesmas, bem como tapar os maiores buracos na terra batida, para que os peões não tenham de invadir e circular inseguramente dentro da faixa de rodagem, nomeadamente nos seguintes troços:

- Vila Nova de Cacela - Cevadeiras
- Cevadeiras – Altura (Rotunda do Infante)
- Altura (Rotunda do Infante) – Cruzamento da Praia Verde
- Cruzamento da Praia Verde – Rotunda da Aldeia Nova

Julgamos que se trata de uma tarefa dividida entre as autarquias, não muito complicada e com poucos recursos humanos e materiais envolvidos, mas de grande importância cívica, de compromisso e responsabilidade para com os seus munícipes.

A Requalificação da EN125, nomeadamente nos troços Olhão Nascente-Vila Nova de Cacela, Vila Nova de Cacela-Altura (Rotunda para a Via do Infante) e Altura (Rotunda para a Via do Infante)-Aldeia Nova, não tem qualquer data oficial prevista para o início dos trabalhos - a garantia foi dada no passado dia 12 de janeiro em Faro, pelo ministro Pedro Marques - e tememos que mais acidentes possam ocorrer entre peões e veículos devido às bermas estarem praticamente intransitáveis nos troços acima referidos, além do lamaçal e dos enormes buracos que algumas apresentam.

O verão aproxima-se a passos largos e aproveitamos também para solicitar a V. Exas que pressionem as entidades competentes com vista ao início célere das obras de requalificação ou, no mínimo, à minimização do estado deplorável em que se encontra grande parte do pavimento da faixa de rodagem, uma vez que nos recusamos a acreditar que o mesmo se mantenha assim, ou pior, durante mais uma época balnear.

Sem mais assunto de momento e certos que tomarão em devida consideração estas nossas, e ao mesmo tempo vossas, preocupações, subscrevemos esta nossa solicitação em nome do Movimento de Cidadania dos Utentes da EN125 - Sotavento.

Com os respeitosos cumprimentos.

Os cidadãos,

Hugo Pena
António Fernandes
José Domingos
Pedro Tavares
Amaro Antunes
Samuel Caldeira
Ricardo Mestre

Movimento de Cidadania



Utentes da EN125
- Sotavento -

26/02/2018

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

NUMERO ENTRADA 17 1208

DATA 27 102 120



Solicite-se à
Câmara Municipal
informação sobre
os assuntos em

referência.
José Carlos Barros

Exmo. Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António
Arq.º José Carlos Barros

Vimos pelo presente e nos termos da alínea a) e d), ponto 2.º, do artigo 25.º do Regime Jurídicos das Autarquias Locais, solicitar que nos seja remetido, via email e em suporte papel, a informação/elementos abaixo descritos:

26.
Fev.
2018.

No âmbito dos contratos, com o(s) gabinete(s) jurídico(s) - contribuinte n.º 502289929 e a consultora Ernst & Young SA, os elementos a fornecer são:

- 1) Identificação do(s) Processo(s) objecto de cada Contrato;
- 2) Ponto de situação dos Processo – Com entrega de cópia dos acórdãos;
- 3) Datação de todos os pagamentos efectuado no âmbito de cada contrato, neste documento solicita-se a rubrica do responsável financeiro.

Contratos:

Município de Vila Real de Santo António

A.M .Pereira Sáragga Leal, Oliveira, Judice e Assoc – SARL (502289929)

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 05/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 27/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 28/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 29/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 30/2017

VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A.

A.M .Pereira Sáragga Leal, Oliveira, Judice e Assoc – SARL (502289929)

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 21/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 30/2017

VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A

PLMJ (502289929)

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 24/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 25/2017

Entregue em
26.02.2018

VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A.

Ernst & Young SA- SARL (5000912645)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 23/2017

Quanto ao Contrato:

VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A

Tesaba, Lda Contrato de Prestação de Serviços n.º01/2018

Solicita-se apenas, a entrega do caderno de encargo, deliberação do Administrador(es) Delegado(s), convite enviado a entidade, resposta da entidade ao convite, despacho/aprovação de adjudicação e despacho/aprovação de minuta de contrato.

Assembleia Municipal
Vila Real de Santo António
26 Fevereiro 2018



A Câmara Municipal,
com solicitação
de informações
sobre o assunto.

Relatório da Presidente

a) Seria importante que esta informação sobre resíduos sólidos fosse completada com os seguintes valores:

[Handwritten signature]
26. Fev. 2018.

1. Quanto custou ao município a recolha de resíduos em 2015, 2016 e 2017 até Março de 2017, apurado nos gastos dos próprios serviços (data anterior à concessão)
2. Quanto custou ao município a recolha de resíduos após essa data e até Dezembro de 2017 (aumentada do valor da concessão)

b) Quanto custou ao município a recolha por parte da ECOAMBIENTE?

c) Quanto cobrou a SGU em 2015, 2016 e 2017 aos munícipes com a taxa de resíduos sólidos?

d) Durante o ano, a actividade de recolha de resíduos não ultrapassa as 1000 toneladas, em Junho e Setembro sobe às 1.500 e em Julho e Agosto aproxima-se das 2.500, o que confirma a fortíssima sazonalidade do alojamento hoteleiro.

e) Porque foram drasticamente reduzidos os resíduos verdes encaminhados para a compostagem e aumentado o valor depositado no aterro sanitário, nos últimos três anos.

f) Verifica-se que, entre 2012 e 2017 não há evolução positiva na recolha de resíduos destinados à reciclagem. Qual é a leitura que a câmara municipal retira deste facto?

Entregue em
vão no AM de
26.02.2018

- g) *No plano das embalagens recicláveis há também uma queda acentuada, o vidro está em queda nos últimos três anos*
- h) Existe um relatório de obras com os custos por administração directa. Sem uma estimativa pelos serviços de quanto custariam tais obras se adjudicadas, tendem as obras por administração directa do município a serem consideradas custos, quando na realidade podem significar poupança no investimento.

Ponto 4 - CDU